

As eleições americanas e suas possíveis implicações

"A house divided against itself cannot stand."

("Uma casa dividida não pode permanecer de pé.")

- Abraham Lincoln, em discurso sobre a escravidão que dividia os Estados Unidos em 1858

A cada quatro anos, na primeira terça-feira de novembro (dia 5, neste ano), o povo americano se reúne para eleger seu próximo chefe de Estado. Embora a escolha do presidente de uma das maiores economias do mundo seja um evento de grande importância, a compreensão sobre o tema é pouco difundida fora do país, dadas as diversas especificidades do sistema eleitoral americano. Nesta carta, esperamos esclarecer o mecanismo de funcionamento das eleições, bem como apresentar um breve vislumbre dos possíveis desfechos da corrida eleitoral de 2024 e suas eventuais implicações para economia e mercados.

Nomeação dos candidatos à Casa Branca

Do ponto de vista legal, é necessário o cumprimento de apenas três condições para que uma pessoa possa se candidatar à presidência: ser cidadão americano nato, ter pelo menos 35 anos de idade e ter vivido no país por 14 anos ou mais. Vale ressaltar que a 22ª emenda à Constituição instituiu o limite de dois mandatos (consecutivos ou não) por presidente desde 1947¹. Franklin D. Roosevelt foi o único presidente na história do país a servir por mais do que dois mandatos, ocupando o cargo de 1933 até o seu falecimento em 1944. O feito foi possível devido à elevada popularidade do presidente, que combateu a Grande Depressão por meio de uma política massiva de suporte fiscal conhecida como "New Deal", embora, por tradição, nenhum de seus antecessores tenha se candidatado a um terceiro mandato.

Embora as exigências legais sejam simples, a candidatura à presidência é um processo bem desafiador na prática, envolvendo questões como infraestrutura partidária, busca por recursos financeiros (tipicamente recebidos através de doações) e requisitos de acesso às cédulas². Essas complexidades reforçam o caráter "bipartidário" observado no país, marcado pelo fato de que apenas os dois maiores partidos foram capazes de eleger presidentes desde meados do século XIX, embora existam outros partidos em atividade (*third parties*) e sejam permitidas candidaturas independentes³.

Antes das eleições gerais, os principais partidos selecionam seus representantes em eventos conhecidos como primárias e caucuses. As primárias são eleições diretas nas quais membros afiliados aos partidos votam nos pré-candidatos de sua preferência. Já as caucuses funcionam como debates, em que representantes dos candidatos e seus eleitores discutem sobre quem deveria ser escolhido e votam abertamente. Embora seja um modelo menos comum, as caucuses podem ser cruciais para a decisão do partido. A caucus de Iowa, por exemplo, é tradicionalmente um marco do início da corrida presidencial e pode sinalizar tendências importantes para as nomeações.

Por fim, a nomeação oficial dos candidatos às cadeiras de presidente e vice-presidente de cada partido é realizada nas

Convenções Nacionais (realizadas entre julho e setembro), ainda que os nomes indicados frequentemente sejam conhecidos antes do evento.

Colégio Eleitoral e os delegados

As eleições gerais são definidas por um sistema indireto, no qual o presidente é eleito pelos votos de "electors" (termo frequentemente traduzido como delegados). Esses indivíduos são escolhidos para representar os votos de cada estado no Colégio Eleitoral, que é composto por 538 delegados, distribuídos da seguinte forma:

- **Senado:** cada estado possui dois delegados, equivalente ao seu número de senadores, totalizando 100.
- **Câmara dos Representantes:** cada estado também conta com um número adicional de delegados proporcional ao tamanho da população, totalizando 435, conforme a representação na Câmara.
- **Distrito de Colúmbia (Washington, D.C.):** apesar de não ser um estado e, portanto, não possuir representação na Câmara e no Senado, possui três delegados.

O presidente é eleito quando atinge a maioria absoluta dos votos, do Colégio Eleitoral, ou seja, 270 delegados. Caso nenhum candidato alcance esse mínimo, a Câmara dos Representantes decide quem será o presidente, como ocorreu na eleição de 1824, quando John Quincy Adams foi eleito em um evento conhecido como a "barganha corrupta". Nesse caso, cabe ao Senado escolher o vice-presidente.

A escolha dos delegados envolve duas etapas: (i) a seleção dos candidatos a delegados de cada partido, realizada em convenções ou comitês partidários estaduais, algum tempo antes das eleições (com requisitos que variam conforme o partido e o estado) e (ii) as eleições gerais, em que os eleitores votam em delegados que representam o candidato do partido escolhido (mesmo que, em alguns estados, os nomes dos delegados não apareçam nas cédulas de votação). Geralmente, os partidos selecionam membros conhecidos por sua lealdade e serviço ao partido, como líderes partidários, autoridades eleitas estaduais e locais e ativistas partidários.

Na maioria dos casos, os candidatos a delegados são "comprometidos" (*pledged*), tendo seus votos obrigatoriamente vinculados à escolha do partido (seja por lei estadual ou por compromisso partidário). No entanto, existem exceções, como os "superdelegados" democratas (congressistas, governadores e outros líderes partidários) e os membros do Comitê Nacional Republicano (*RNC member delegates*).

¹ Caso um vice-presidente ou outra pessoa assuma a presidência e sirva por mais de dois anos do mandato de seu antecessor, essa pessoa pode concorrer apenas a um mandato adicional.

² Os requisitos para ter seu nome incluído nas cédulas varia entre os estados, mas em geral, demandam grande número de assinaturas e prazos rigorosos, ampliando barreiras contra partidos menores.

³ Embora não exista regra que proíba uma candidatura independente, George Washington foi o único presidente eleito sem afiliação partidária em toda a história dos Estados Unidos.

Esse sistema está sujeito a fragilidades, como a existência dos “*faithless electors*” (delegados infiéis) – delegados que, a despeito dos interesses das pessoas que os elegeram, optam por votar em outro candidato ou se abster da decisão. Embora esse movimento tenha ocorrido em diversas ocasiões, seja como forma de protesto ou por opiniões pessoais, jamais foi suficiente para alterar o resultado das eleições. Embora não exista qualquer lei federal ou artigo constitucional que obrigue os delegados a seguirem o voto popular, a Suprema Corte decidiu por unanimidade, no caso *Chiafalo v. Washington* (2020), que os estados têm o direito de impor sanções a eleitores infiéis e podem obrigá-los a votar de acordo com o resultado do voto popular em seus estados. Atualmente, pelo menos 36 estados e o Distrito de Colúmbia possuem leis contra esse tipo de prática.

Distribuição dos votos e os estados-pêndulo

A base do sistema de votação que conhecemos data desde a formulação da Constituição americana (1787) e foi idealizada de forma a lidar com uma série de preocupações dos *founding fathers*, incluindo os “riscos de uma democracia direta” e o equilíbrio entre os interesses de estados maiores e menores, além de simplificar a inicialmente desafiadora logística das eleições. A intenção era que um grupo de pessoas informadas e qualificadas atuasse como intermediário entre o voto popular e a eleição, em uma democracia nascente, geograficamente ampla e sem uma estrutura partidária configurada. Ao mesmo tempo, a distribuição dos delegados alinhada à representação no Congresso buscava combinar modelos de representação proporcional e igualitária entre os estados, premiando o tamanho da população sem deixar de limitar a influência desproporcional que estados superpopulosos poderiam vir a exercer sob o resultado das eleições.

A despeito do contexto em que se deu sua criação, o formato é frequentemente alvo de críticas, particularmente por permitir que o presidente eleito nem sempre seja o candidato que recebeu mais votos populares⁴. Quase todas as ocasiões em que isso ocorreu podem ser explicadas pela prática do modelo “*winner-takes-all*” (o vencedor leva tudo), que faz com que o candidato que recebe a maioria dos votos em um estado receba todos os seus delegados, independentemente da margem de vitória. Esse formato é aplicado em quase todos os estados, com exceção apenas de Maine e Nebraska, que utilizam o “*congressional district method*” (método distrital), no qual parte dos votos é entregue ao candidato mais votado, enquanto o restante é distribuído proporcionalmente.

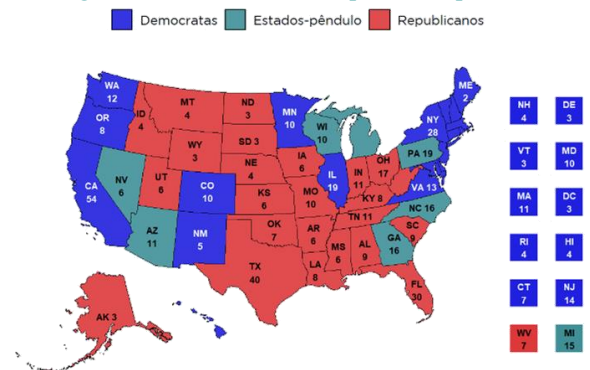
O formato também é criticado por permitir práticas como o “*gerrymandering*”, que consiste em manipular áreas distritais a fim de favorecer determinados partidos⁵. O termo – que deriva da união do nome “*Elbridge Gerry*” e “*salamander*” (salamandra) – remonta ao então governador de Massachusetts (posteriormente eleito vice-presidente) que redesenhou os limites dos distritos do estado em 1812, resultando em uma forma distorcida que foi comparada com a de uma salamandra.

Em 2010, o estrategista republicano e assessor de George W. Bush, Karl Rove, publicou artigo no Wall Street Journal em que

descrevia uma estratégia coordenada a fim de redesenhar os mapas distritais de forma a favorecer o Partido Republicano. Rove mencionava que “aquele que controla o desenho dos distritos poderia controlar o Congresso”. Essas reestruturações podem ser realizadas a cada 10 anos, após o Censo demográfico, e tendem a ser influenciadas pelos governadores de cada estado. A última ocorreu em 2020, durante o mandato de Donald Trump, e alguns estados como Texas, Geórgia, Ohio, Carolina do Norte e Maryland foram acusados de manipular o processo a fim de beneficiar seus partidos.

Além disso, a ampla maioria dos estados americanos tende a entregar seus votos para os mesmos partidos na maioria dos ciclos eleitorais. Apenas alguns poucos, conhecidos como “*swing states*” ou “*battleground states*” (estados-pêndulo) são conhecidos por não ter uma dominância partidária consolidada, de forma que seus votos podem migrar a cada eleição, resultando em vitórias com margens apertadas na maioria das vezes, mas decisivas para o resultado geral das eleições. Embora não exista critério técnico consensual para defini-los, esse ano os principais *swing states* devem ser Arizona, Carolina do Norte, Geórgia, Michigan, Nevada, Pensilvânia e Wisconsin, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Colégios eleitorais e tendência partidária por estado



Fonte: 270toWin

O balanço de poder e a composição do Congresso

A cada dois anos, também são escolhidos representantes para o Congresso, incluindo todas as 435 cadeiras da Câmara dos Representantes e cerca de um terço das 100 vagas do Senado (34 neste ciclo). A composição atual é de uma pequena maioria democrata no Senado (51 cadeiras democratas contra 49 republicanas) e minoria democrata na Câmara (212 contra 220).

Historicamente, a composição da Câmara se mostrou alinhada ao resultado da Casa Branca na primeira metade do mandato presidencial, embora isso possa mudar nas eleições de meio de mandato, conforme observado nas eleições de 2022, o que tende a estar relacionado com a popularidade do incumbente. Já a formação do Senado tende a ser mais complexa, dado o sistema de rodízio adotado. No ciclo atual, das 34 cadeiras em disputa, apenas 11 são republicanas, enquanto as demais são democratas ou independentes. Considerando a pequena vantagem dos democratas no desenho atual, parece pouco provável que o partido consiga manter sua vantagem no Senado.

⁴ Cinco dos presidentes americanos foram eleitos sem maioria dos votos totais: John Quincy Adams (1824), Rutherford B. Hayes (1876), Benjamin Harrison (1888), George W. Bush (2000) e Donald Trump (2016).

⁵ A manipulação das áreas distritais funciona através da concentração do máximo de eleitores de um partido em poucos distritos (“*packing*”) ou através da diluição entre vários distritos (“*cracking*”).

Por essa lógica, dois cenários prospectivos parecem mais prováveis para o ciclo atual: uma vitória democrata com divisão no Congresso ou uma vitória republicana com maioria em ambas as casas. As implicações para esses dois cenários divergem não apenas nas pautas partidárias, mas também no grau de liberdade que o governo terá para implementá-las.

Limitações de um governo sem apoio no Congresso

O apoio do Congresso é uma condição necessária para a aprovação de leis federais, emendas constitucionais e até mesmo para aprovar o orçamento anual. Sem apoio nas duas casas, o presidente pode até mesmo enfrentar um processo de *impeachment*, que exige apenas maioria simples da Câmara e dois terços dos votos do Senado. Vale mencionar que durante seu mandato, Donald Trump teve seu impedimento aprovado pela Câmara em duas ocasiões, mas ambos foram desfeitos no Senado.

Em alguns casos, mesmo com uma maioria simples (50% dos votos + 1 voto), o Poder Executivo não consegue aprovar suas pautas, seja por se tratar de temas que exigem maioria qualificada (normalmente dois terços do Senado) ou por práticas como o *"filibuster"*, que consiste em prolongar debates de determinados temas a fim de postergar ou até impedir uma decisão no Congresso. Nesse caso, é necessária uma maioria de 60 cadeiras no Senado para interromper essa obstrução.

Por outro lado, mesmo em desacordo com as casas do Capitólio, o presidente pode emitir *"executive orders"* (instrumento equivalente a decretos no Brasil), que não exigem trâmite no Congresso, mas podem ser contestadas judicialmente e não devem contrariar leis pré-existentes. O presidente também pode vetar leis aprovadas no Congresso, fazer nomeações de ministros, embaixadores e juízes (embora estas dependam de aprovação no Senado) e acionar as forças armadas em operações de curta duração (ainda que uma declaração formal de guerra dependa de aprovação no Congresso).

A origem dos partidos e suas agendas atuais

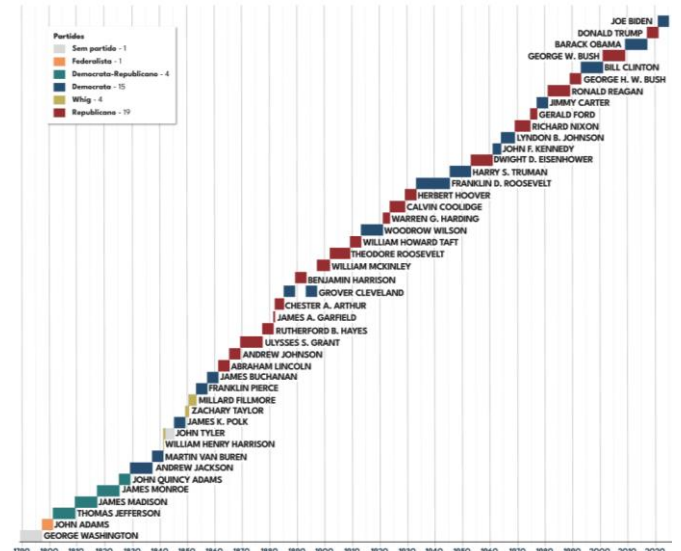
Chama atenção que embora as propostas dos atuais candidatos à presidência Kamala Harris e Donald Trump se encontrem em direções quase diametralmente opostas em alguns aspectos, democratas e republicanos nem sempre foram conhecidos pelas agendas que defendem atualmente. Na verdade, a origem desses partidos remonta ao século XIX, em um contexto muito distinto do observado hoje.

Ainda antes, foi fundado em 1792 por Thomas Jefferson e James Madison o Partido Democrata-Republicano, que surgiu como uma alternativa ao Partido Federalista (o único partido existente até então), liderado por George Washington, o primeiro presidente dos Estados Unidos. Na época, o Partido Democrata-Republicano defendia um governo descentralizado, uma economia baseada na agricultura e uma visão mais democrática e igualitária da política que o antecessor. A plataforma dominou a política americana desde a eleição de Jefferson (1801) até 1828, quando este se dividiu⁶.

Surgiu então o Partido Democrata com a eleição de Andrew Jackson como o sétimo presidente dos EUA, defendendo os

interesses dos "homens comuns" contra as elites urbanas e financeiras. Já o Partido Republicano (também conhecido como *"Grand Old Party"* ou GOP) surge apenas na década de 1850, em defesa da abolição da escravidão, e se consolidou a partir da eleição de Abraham Lincoln no início da década de 1860, cuja eleição foi seguida pela Guerra de Secessão⁷.

Histórico de presidentes americanos e seus partidos



Fonte: The White House

Os dois partidos passaram por transformações importantes ao longo dos anos. Hoje, os democratas são mais associados à defesa de pautas como os direitos civis, dos sindicatos e das reformas sociais - particularmente desde Franklin D. Roosevelt (1933) e John F. Kennedy (1961) - enquanto os republicanos ficaram reconhecidos por pautas mais conservadoras, sobretudo desde o mandato de Ronald Reagan (1981).

Nos dias de hoje, a agenda econômica da candidata democrata Kamala Harris segue na direção de um Estado mais ativo, não apenas pelo modelo de maiores gastos públicos financiados através de uma carga tributária maior, mas também pela política regulatória mais dura, sobretudo em alguns setores, como a geração de energia não renovável, práticas em linhas gerais alinhadas ao governo atual, presidido por Joe Biden. Em contrapartida, o candidato republicano Donald Trump advoga por uma redução de impostos e aumento de tarifas no comércio internacional, além de adotar um discurso mais duro sobre imigração e nas relações internacionais.

Possíveis resultados e suas implicações econômicas

O número de instrumentos que se propõe a prever o resultado das eleições americanas é amplo, incluindo pesquisas de opinião e intenção de voto, cotações em sites de apostas e modelos preditivos mais complexos. Embora a acurácia desses instrumentos tenda a melhorar à medida em que as eleições se aproximam, seus resultados ainda ficaram aquém do desejado historicamente, sobretudo nos últimos ciclos eleitorais.

Na data em que esta carta é redigida, poucas semanas antes da votação, diversos modelos ainda apontam para uma disputa

⁶ O fim do partido coincide com o fim da "era dos bons sentimentos" (1817 - 1825) marcada pelo senso de união nacional que sucedeu a Guerra Anglo-Americana de 1812.

⁷ A guerra civil foi marcada pela secessão de sete estados escravistas do sul, que deram origem aos Estados Confederados da América.

acirrada pelo posto na Casa Branca, embora algumas medidas tenham convergido na direção de uma vitória republicana. Pesquisas tem revelado uma redução na vantagem de Harris nas pesquisas nacionais (atualmente abaixo de 1 ponto percentual) catalisando uma expansão das apostas na eleição de Trump. Mesmo mantendo a liderança, a margem apertada sugere uma desvantagem democrata devido à composição dos colégios eleitorais. Vale lembrar que em 2016, Trump venceu as eleições mesmo com a vantagem de 2,1% de Hillary Clinton nos votos gerais, mas foi derrotado por Biden em 2020 com uma margem de 4,5%.

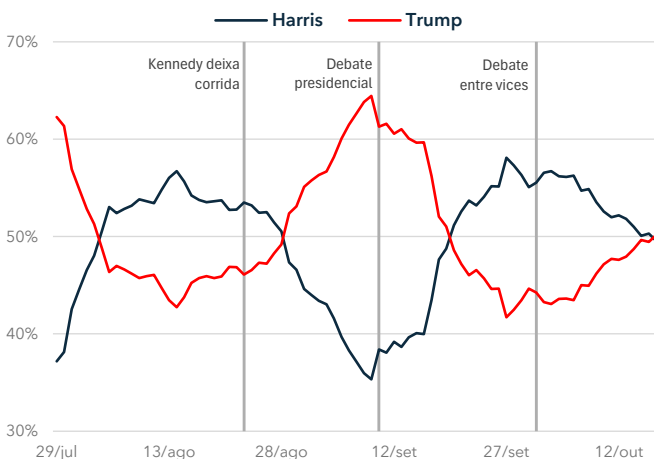
Probabilidade de vitória de Trump implícita em sites de apostas



Fonte: Polymarket, Predictit1, Kalshi | Atualizado até o dia 28 de outubro

Destacamos também, no gráfico a seguir, a evolução das probabilidades de vitória para os dois principais candidatos estimadas pelo *Silver Bulletin Presidential Model*, ressaltando alguns eventos importantes desde que Harris assumiu como candidata democrata. O modelo desenvolvido por Nate Silver⁸, autor do livro *"The Signal and the Noise"* ("O sinal e o ruído" na versão em português), considera uma série de variáveis explicativas, incluindo uma média ponderada de pesquisas de intenção de voto com ajustes que privilegiam institutos que performaram melhor no passado e reduzem o peso da intenção de pessoas que tendem a não votar (visto que o voto não é obrigatório nos Estados Unidos). Segundo este modelo, até meados de outubro, a probabilidade de vitória para ambos os lados estava em torno de 50/50, embora as chances de Trump tenham melhorado nas últimas semanas

Probabilidade de vitória na corrida presidencial de 2024



Fonte: Silver Bulletin | Atualizado até o dia 17 de outubro

Tendo em vista a elevada incerteza inerente à disputa, nos parece menos produtivo o esforço de tentar inferir o resultado das eleições frente ao de analisar as implicações dos desfechos mais prováveis que, como mencionamos nesta carta, situam-se entre uma vitória democrata com Congresso dividido e uma vitória republicana ampla. Embora pareça menos provável, também não descartamos a possibilidade de uma vitória democrata com maioria no Senado, o que implicaria em mais liberdade para atuação do partido, mas não deveria levar a conclusões muito diferentes.

Com base nas propostas dos candidatos, acreditamos que uma vitória republicana tende a beneficiar a bolsa americana, através do corte de impostos, e pode ainda levar a uma apreciação do Dólar americano, particularmente contra moedas emergentes, devido ao aumento das tarifas alfandegárias. O eventual aumento do custo de bens importados, em um contexto de aumento de tarifas não compensadas pela apreciação cambial, também tende a impactar na inflação, o que por sua vez pode levar a alguma abertura das taxas de juros.

Além disso, embora ambos os candidatos enderecem a questão da imigração, Harris parece ter uma postura bem mais moderada em relação ao tema do que o adversário. Do ponto de vista macroeconômico, a entrada de imigrantes foi responsável por grande parte do aumento na oferta de mão-de-obra para o país nos últimos anos, ajudando a sustentar uma desinflação controlada na economia americana. A redução desse fluxo ou mesmo sua reversão, através de uma aceleração das deportações, deveria implicar em uma menor oferta de trabalho e, conseqüentemente, poderia pressionar a inflação para cima e o crescimento econômico para baixo.

Por fim, um dos poucos pontos em comum entre os dois partidos é a perspectiva de uma condução frouxa da política fiscal, seja através de mais gastos ou menos arrecadação, ainda que estudos indiquem que um cenário de Congresso dividido seja melhor para a trajetória da dívida pública⁹.

Referências

GOLDMAN SACHS. *Fiscal Policy After the Election*. 02 abr. 2024.

NATE SILVER. *Does Trump have momentum?*. Acesso em: 18 out. 2024.

NATIONAL ARCHIVES. *About the Electors*. Acesso em: 18 out. 2024.

NATIONAL ARCHIVES. *History of the Electoral College*. Acesso em: 18 out. 2024.

NATIONAL CONFERENCE OF STATE LEGISLATURES. *The Electoral College*. Acesso em: 18 out. 2024.

THE WHITE HOUSE. *Presidents*. Acesso em: 18 out. 2024.

USA GOV. *Overview of the presidential election process*. Acesso em: 18 out. 2024.

WALL STREET JOURNAL. *The GOP Targets State Legislatures*. Acesso em: 18 out. 2024.

270 TO WIN. *2024 Presidential Election Interactive Map*. Acesso em: 18 out. 2024.

⁸ Detalhes sobre a metodologia implementada no modelo podem ser encontrados online, conforme consta nas referências desta carta.

⁹ Em abril deste ano, a área de pesquisa do banco Goldman Sachs publicou um estudo comparando os impactos dos possíveis resultados das eleições e seus efeitos sobre as contas públicas.

Gestão de Coleções de Arte: Responsabilidades, Valorização e Legado

**Carta escrita por Thaís Franco,
Diretora de Gestão de Coleções da KURA***

Uma coleção de arte é construída ao longo do tempo, moldada por anos de encontros com pessoas, obras e diferentes espaços de exibição – exposições, galerias, leilões e feiras. Esse processo gradual é o que permite que um vínculo genuíno se estabeleça, mesmo que, inicialmente, o colecionador possa não ter uma motivação clara. Suas escolhas acabam sendo orientadas por sentimentos, experiências pessoais ou relações sutis com a própria identidade e memória. Seja qual for o caminho que norteie suas pesquisas e influencie suas aquisições, colecionar arte significa trilhar, quase sempre, uma jornada profundamente pessoal, profícua e, muitas vezes, irreversível.

Durante este percurso, o colecionador assume diversas responsabilidades que se desdobram em esferas que compreendo como coletiva e particular. Na esfera coletiva, o colecionador torna-se um agente crucial do mercado de arte, promovendo a carreira de jovens artistas, incentivando iniciativas inovadoras e investindo na programação de instituições culturais. Além disso, subsidia um ecossistema de profissionais parceiros que atendem às necessidades de suas coleções, incluindo montadores de exposições, fotógrafos de arte, restauradores e serviços de transporte e seguro, por exemplo. Nesse contexto, a profissionalização se torna uma exigência indispensável para uma atuação em rede.

No âmbito particular – permeável e complementar ao âmbito coletivo – a responsabilidade do colecionador se aprofunda. Ele se torna o guardião particular da produção de um artista, assumindo a responsabilidade pela preservação e permanência da obra no mundo. Esse cuidado não só assegura a longevidade da arte, mas também influencia sua valorização, que pode ser tanto simbólica quanto financeira. Assim, a responsabilidade pela preservação e manutenção das obras de arte se torna uma parte fundamental do papel do colecionador, garantindo que seu compromisso com a arte se estenda além da aquisição, abrangendo também o cuidado constante que assegura a permanência e valorização da obra ao longo do tempo.

Gestão Estratégica

A preservação de obras de arte requer ações de manutenção periódica, fundamentais para evitar sua degradação. Isso inclui a

avaliação por profissionais qualificados, que consideram as especificidades de cada material e suporte. Além disso, é essencial garantir a salvaguarda das obras na residência do colecionador, com armazenamento adequado e a contratação de seguros, fatores que devem ser considerados desde a aquisição, medidas que não apenas garantem a integridade física das obras, mas também reforçam a importância do gerenciamento estratégico.

Pouco se discute, entretanto, sobre como essas ações podem impactar de maneira significativa a relevância e valorização de coleções privadas. Embora o investimento em arte como forma de diversificação de patrimônio possa parecer “confuso”, cada obra possui singularidades que influenciam seu valor em um mercado muitas vezes volátil. Contudo, assim como outros ativos, as obras de arte podem aumentar significativamente sua liquidez ao longo do tempo.

Dados internos coletados e analisados pela KURA* informam que diferente das motivações para começar a colecionar – que consideram sobretudo o fator afetivo e, por vezes, sem a intenção formal colecionista –, as motivações para gerenciar uma coleção pressupõem um momento em que o colecionador passa a ter uma relação mais comprometida com a prática do colecionismo, alinhando as responsabilidades das esferas coletivas e particulares, buscando a consolidação do acervo com serviços de catalogação e manutenção, e a sua conseguinte valorização, com a busca por serviços de avaliação, empréstimos e livro de coleção.

Ao ceder obras de sua coleção para empréstimo, por exemplo, o colecionador assume um papel cultural relevante. Para além de sua preservação física, a difusão das obras de arte é também fundamental. Elas precisam ser conhecidas e fruídas pelo público, assim como ser estudadas por pesquisadores do campo artístico, contribuindo inclusive para o conhecimento que se tem sobre a produção de um artista e da própria história da arte. Além desse aspecto coletivo, a participação em exposições institucionais também enriquece o histórico da própria obra de arte, impactando positivamente em seu valor cultural e até mesmo financeiro.

Legado e Sucessão Patrimonial

Colecionar é tanto um compromisso que, em diversos casos, é transferido enquanto legado como patrimônio familiar. Para aqueles que herdaram uma coleção sem terem participado de sua constituição, o maior desafio é compreender, além da dimensão

afetiva, sua relevância cultural e financeira. A assimetria ou mesmo a falta de informações sobre o mercado pode dificultar essa compreensão. Mesmo assim, convencidos da importância de sua continuidade, as famílias assumem a responsabilidade de organizar sua documentação quando isso não foi previamente organizado. Por isso, a contratação de uma catalogação torna-se elemento necessário e um primeiro passo para a dimensão e coesão do patrimônio artístico. É o momento em que todas as informações sobre uma obra são sistematizadas, incluindo sua descrição física (dimensões, técnica, edição, assinatura, etc.), seu estado de conservação, a pesquisa e a organização de sua respectiva documentação, voltada para *provenance*¹ e histórico de sua movimentação em exposições e no mercado.

Outro aspecto fundamental para entender o valor financeiro de uma coleção é a avaliação. Este trabalho especializado considera tanto aspectos técnicos quanto contextuais, contribuindo para a valoração dos objetos e fundamentando a estruturação patrimonial e sucessória. A avaliação também é crucial para futuras transações comerciais, declarações de tributos e contratação de seguros. Esse processo proporciona maior transparência e segurança para as famílias na tomada de decisões sobre o seu patrimônio consolidado em arte.

Por fim, a sucessão patrimonial vai além do simples ato de transferir bens; ela incorpora significados sentimentais e culturais que enriquecem a experiência das novas gerações. Filhos que herdaram coleções de família frequentemente as ressignificam, renovando-as com suas próprias visões e valores. Esse processo não apenas promove a reciclagem de objetos, mas também instiga uma reflexão sobre o que realmente faz sentido preservar. A troca de itens, que se torna uma prática comum, cria um ciclo de auto-sustentação, onde o patrimônio familiar se transforma em uma expressão dinâmica de identidade e pertencimento, conectando passado e futuro de maneira significativa.

Um exemplo recente é o de uma colecionadora que herdou uma valiosa coleção de seu pai, que mantinha estreitas relações com artistas e adquiria obras diretamente em seus ateliês. Após um período em que seu instinto colecionista permaneceu adormecido, ela procurou a KURA com o objetivo de organizar, catalogar e avaliar seu patrimônio. Esse processo despertou o interesse de suas filhas, que, sem um contato prévio com o mundo da arte, começaram a explorar a coleção do avô e a aprender sobre os artistas e seus históricos. Com o apoio da KURA, foi

desenvolvida uma estratégia para analisar a coleção, decidindo quais obras deveriam ser mantidas e quais poderiam ser vendidas. O objetivo era identificar oportunidades para a aquisição de novas obras de artistas contemporâneos, preenchendo lacunas na coleção e promovendo sua consolidação. Hoje, todas participam ativamente das escolhas, visitando feiras, galerias e ateliês de artistas, assim como fazia o avô, aproximando-se de suas memórias por meio dessas novas poéticas. A KURA, por sua vez, permanece comprometida em garantir a longevidade dessa prática, promovendo e incentivando a constituição de novas coleções.

*** Fundada em 2018 por Camila Yunes Guarita, a KURA é uma empresa de consultoria que tem como missão aprofundar a conexão de pessoas e empresas com a arte, orientando na aquisição e venda de obras de arte, além de trabalhar na gestão de coleções particulares e institucionais e na criação de projetos e experiências únicas neste universo.**

Thaís Franco é mestre em História, Teoria e Crítica de Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA - UFRGS). Possui experiência em patrimônio cultural, com ênfase em arquivos e museus. É especialista em Design Gráfico, focando na criação de materiais institucionais e editoriais. Atualmente se dedica à gestão de coleções particulares e institucionais, à pesquisa em Arte Moderna e Contemporânea, além de organizar e produzir livros para colecionadores e artistas.

<https://www.kuraarte.com.br/>

¹ No mundo das artes, *provenance* refere-se à documentação ou ao histórico de propriedade de uma obra de arte desde a sua criação até o momento atual.